



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**SARA SILVA DE CASTRO**

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O SILÊNCIO  
QUE FALA NO CONTEXTO FAMILIAR**

**FORTALEZA**

**2020**

SARA SILVA DE CASTRO

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O SILÊNCIO QUE  
FALA NO CONTEXTO FAMILIAR

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Psicologia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO –, com a Orientação da Professora M.<sup>a</sup> Gardênia Holanda Marques.

FORTALEZA

2020

---

C355v

Castro, Sara Silva de.

Violência sexual contra crianças e adolescentes: o silêncio que fala no contexto familiar.

/ Sara Silva de Castro. – Fortaleza, 2020.

44 f. ; 30 cm.

Monografia – Curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro, Fortaleza 2020.

Orientação: Profa. Ma. Gardênia Holanda Marques.

1. Violência sexual - Criança. 2. Violência sexual - Adolescente. 3. Psicologia –  
Violência intrafamiliar. I. Título.

---

CDD 150

SARA SILVA DE CASTRO

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O SILÊNCIO QUE  
FALA NO CONTEXTO FAMILIAR

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Psicologia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores abaixo:

Aprovada em 27 de Junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. M.<sup>a</sup> Gardênia Holanda Marques  
Orientador - Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Karla Correa Lima Miranda  
Membro-Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO

---

Prof. Dra. Juliana Vieira Sampaio  
Membro-Centro Universitário Fametro-UNIFAMETRO

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, à minha mãe, Maria Dalvina S. de Castro, que é a razão de eu estar onde estou, é a pessoa que sonha comigo. É a pessoa que mais me inspira a batalhar pelos meus objetivos. Em segundo, dedico a todas as crianças e adolescentes que algum dia foram abusadas ou exploradas sexualmente, que foram corajosas de denunciar e a todas que foram sufocadas no silêncio da injustiça, por medo, vergonha ou até mesmo pela própria família ou por ameaças do agressor. Saibam que mesmo tendo se calado, vocês são vencedoras, que a justiça está do seu lado, que a quebra do silêncio é um grito de guerra para enfrentar essa violência, e para não acontecer com outras crianças o que um dia aconteceu com vocês. O enfrentamento a essa violência é a razão dessa pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu Abba, que cuida de mim, me fez forte e me capacitou para chegar até aqui, que me alcança com a sua misericórdia diária, mesmo sentindo que eu não sou merecedora de tamanho amor e de sua graça.

Agradeço à minha linda mãe, Maria Dalvina, que sempre me estimulou a estudar, e sempre se esforçou para custear meus estudos, desde as passagens para ir a uma escola melhor, para conseguir realizar meu objetivo de um dia estar aqui onde estou, até um melhor espaço em casa, para que pudesse estudar em um local tranquilo, sou muito grata pelo seu investimento, mãe. Obrigada por acreditar em mim quando eu não acreditei, por não me deixar desistir quando acreditei estar no meu limite. Obrigada por fazer da minha alegria a sua, obrigada mãe, porque você sempre abdicou de muitas coisas para me dar o melhor, e sempre me deu “O maior pedaço do bolo”, eu amo você!

Agradeço ao meu querido amigo e namorado, Pablo Alan Raulino, que desde que chegou na minha vida, soma coisas boas. Me incentivou e me incentiva a sempre ir em busca dos meus objetivos, ajudou muito nessa minha caminhada acadêmica, é um excelente namorado, digno de ser amado e de ter uma participação especial nos meus agradecimentos, obrigada por ser o meu melhor amigo e por querer dividir uma vida inteira comigo, você é a minha porção de amor.

Agradeço à minha amiga Aline Oliveira, que me “carregou nos braços quando já não aguentava mais andar”, e quando acreditei que nunca iria conseguir concluir o TCC, ela sempre esteve me incentivando e mostrando que eu seria capaz sim. Obrigada por auxiliar na formatação técnica desse trabalho, por estar ao meu lado e por seu carinho, apesar de nossas muitas diferenças.

Agradeço a cada um dos meus irmãos, que sempre foram minha base e sempre me incentivaram a buscar o melhor, e nunca desistir dos estudos. Obrigada, meninos, por sonharem com minha formação junto a mim. Ao meu pai, por me dar a vida, por sempre plantar em mim o incentivo para concluir minha graduação. Obrigada por, mesmo não tendo o ensino fundamental completo, sempre ter trabalhado para que eu conseguisse investir nos estudos. Agradeço à minha mãe do coração, Maria de Jesus, que sempre torceu por mim, orou por mim, sempre se alegrou com minhas conquistas, e comemora comigo mais essa vitória.

Agradeço a cada Mestre que compôs esta jornada, agregando

conhecimentos ao meu objetivo de me tornar uma Psicóloga. Cada um deixou uma marca em minha vida acadêmica, que irei levar por toda a vida, pois foram minha base nessa caminhada de graduanda em Psicologia.

À minha querida Orientadora Gardênia Holanda, que foi essencial não só para a produção desse trabalho, mas por todo o processo que tive na construção deste. Obrigada pela paciência, sensibilidade e por entender todo meu processo. Saiba que tenho um carinho enorme por você.

À Professora Karla Miranda e a professora Juliana Sampaio que aceitaram o convite de compor a mesa da banca para contribuir com a sua criticidade profissional nesse estudo, agregando valores à minha vida de profissional que já considero iniciada.

Agradeço às pessoas do meu primeiro estágio CUCA. Saibam que nesse espaço foi onde despertei para minha atual decisão de seguir na luta contra a violência. Agradeço ao meu estágio básico II realizado no Instituto Dom Bosco, que me possibilitou fazer os estágios, e à toda equipe de profissionais que torceram por mim. Lá foi onde tive contato com crianças que sofreram algum tipo de violência e tiveram seus direitos negligenciados, e assim minha luta contra violência afunilou para a bandeira que levanto no combate à violência contra crianças e adolescentes.

Às Professoras Lorena, Karla Miranda e Sara Guerra, as quais tive o prazer de ser aluna e também de tê-las como supervisoras de estágio. Obrigada por dividir comigo as experiências profissionais de vocês, vocês foram maravilhosas e marcantes nessa minha caminhada.

Agradeço a todos os meus grandes amigos e amigas que torcem por mim (Deus caprichou e me deu os melhores), e a todos os colegas que conheci nessa caminhada acadêmica e que me influenciaram de uma maneira positiva durante a minha formação. Estou muito feliz e grata, principalmente a Deus, meu autor e consumidor da minha vida. Esse é apenas o começo de grandes coisas que virão pela frente!

"É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

(BRASIL, Art 227, Constituição Federal de 1988).

## RESUMO

A infância e a adolescência são fases primordiais do desenvolvimento humano. Para contribuir com um desenvolvimento saudável, é necessário prover um ambiente seguro que promova a formação de estruturas psíquicas, físicas e cognitivas. Entretanto, atualmente, o que se nota é um aumento das violações que usurpam esse direito das crianças e dos adolescentes, dentre eles, o abuso sexual infantil, que se agrava ao examinarmos o abuso sexual intrafamiliar. Com isso, objetiva-se, neste trabalho, explorar e compreender esse fenômeno, através da pesquisa e análise do material literário disponível. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com materiais de acervos científicos tanto virtuais quanto físicos: artigos científicos e livros. A pesquisa elencou quatro momentos, sendo o primeiro: o abuso sexual, suas principais vítimas, definições de violência e violência sexual infantil, direitos das crianças e adolescentes; Segundo: Silêncio; Terceiro: Ouvindo o silêncio. Quarto: dos caminhos percorridos entre revelação, notificação e intervenção, com ênfase no silêncio das vítimas e como ele é interpretado. Esse estudo possibilitou compreender quais são as maiores dificuldades nas notificações, e a necessidade de existir mais discussão e disseminação dessa problemática, a fim de conscientizar que o cuidado com as crianças e adolescentes é um dever de todos.

**Palavras-chave:** Abuso da criança. Abuso sexual. Direito da criança e do adolescente.

## **ABSTRACT**

Childhood and adolescence are fundamental stages of human development. To contribute to healthy development, it is necessary to provide a safe environment that promotes the formation of psychic, physical and cognitive structures. However, currently, what is noted is an increase in violations that usurp this right of children and adolescents, including child sexual abuse, which is aggravated when examining intrafamily sexual abuse. Thus, the objective of this work is to explore and understand this phenomenon, through research and analysis of the available scientific research. It is an integrative literature review, with sources from scientific collections both virtual and physical: scientific articles and books. The research listed four moments, the first being: sexual abuse, its main victims, definitions of violence and sexual violence against children, rights of children and adolescents; second: Silence; third: listening to the silence; fourth: the paths taken between disclosure, notification and intervention, with an emphasis on the silence of the victims and how it is interpreted. This study enables to understand what are the biggest difficulties in notifications of child sexual abuse, and the need for more discussion and dissemination of this issue, in order to raise awareness that caring for children and adolescents is everyone's duty.

**Keywords:** Child abuse. Sexual abuse. Children' rights.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>VIOLÊNCIA SEXUAL .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Principais vítimas do abuso sexual .....</b>	<b>15</b>
2.1.2	<i>Definição de violência sexual infantil .....</i>	16
2.1.3	<i>Direitos das crianças e dos adolescentes .....</i>	17
<b>3</b>	<b>SILÊNCIO.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1</b>	<b>Ouvindo o silêncio .....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>Os caminhos percorridos entre a revelação, notificação e intervenção.....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>5.1</b>	<b>Revisão integrativa .....</b>	<b>29</b>
<b>5.2</b>	<b>Critérios de inclusão.....</b>	<b>30</b>
<b>5.3</b>	<b>Critérios de exclusão.....</b>	<b>31</b>
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO E RESULTADOS .....</b>	<b>33</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pela temática surgiu a partir de participações em seminários relacionados ao tema no decorrer da graduação e das experiências vivenciadas no Centro Juvenil Dom Bosco, ao decorrer da disciplina de estágio obrigatório básico II, onde foi possível acompanhar crianças e adolescentes que se encontravam no contexto de diversas violências e negligências, dentre elas, a violência sexual. Crianças moradoras de comunidades ao redor do CJDB e bairros vizinhos eram acolhidas pelas freiras (irmãs) no contraturno das aulas, para participar de oficinas diversas.

Um interesse que foi despertado também com a inquietação e entendimento que, mesmo sendo um assunto muitas vezes discutido, ainda são poucas as denúncias feitas. Alguns ainda não dão a devida importância ao tema, fazendo assim com que os direitos das crianças permaneçam sendo violados, pois muitos casos são silenciados.

Ao pensar sobre o ser criança na atualidade, é necessário buscar compreendê-la em sua circunstância singular de desenvolvimento, levando em consideração seu processo de desenvolvimento humano, dedicando atenção especial, pois a criança é um ser em formação, dependente dos adultos, e está em constante processo de transformação (JANZ, 2015).

É importante pontuar que nem sempre as crianças foram vistas como sujeitos merecedores de cuidados e atenção especiais. Na idade média, a criança era pensada como um “pequeno adulto”, sem características que garantissem privilégios de tratamento ou cuidado diferenciado. Na idade moderna, em contraste, a criança passa a ser colocada no centro da família, vista como um sujeito que necessita de cuidado, passando a se preocupar com o futuro, com sua moralidade e interesses psicológicos (FROTA, 2007).

Conforme Rodrigues (2017), a atenção às crianças e adolescentes, o olhar diferenciado e o cuidado com estes é algo recente, tanto na literatura quanto nos dispositivos legais. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a criança passa a ter maior visibilidade, e a se firmar como sujeito de direitos. O ECA, sob a Lei nº 8.069/90, em seu artigo 5º, estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação

ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

Na atual configuração de governo, o Estado é o responsável por garantir os direitos básicos do cidadão, previstos na Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. Os instrumentos do Estado para a manutenção desses direitos surgem principalmente na forma da legislação vigente, que faz a definição do que constitui um crime e suas devidas punições no ordenamento jurídico.

Mesmo diante da lei, é perceptível a violência contra crianças e adolescentes sendo perpetrada na sociedade. Destaca-se a violência de cunho sexual, a de maior contundência. Em meio a tantos tipos de violência, a mais lancinante é o abuso sexual.

A Organização Mundial da Saúde define o abuso sexual infantil como “o envolvimento de uma criança numa atividade sexual que o menor seja incapaz de compreender plenamente, inapto a dar o seu consentimento informado” (2014), onde o ser de estágio superior de desenvolvimento, o adulto, faz uso da criança ou do adolescente para estímulo sexual.

Essa relação pode conter toques, carícias, sexo oral ou relações com ou sem penetração, podendo incluir episódios que não necessitam de contato físico como: voyeurismo, assédio e exibicionismo. Essas ações são determinadas para as crianças através de violência física, ameaças, uso de poder ou indução de sua vontade.

No ano de 2018, o Disque Direitos Humanos (Disque 100), recebeu um total de 17.093 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no país. Desse total, 13.418 denúncias se referiam a abuso, enquanto 3.675 foram classificadas como casos de exploração sexual.

Somente nos quatro meses iniciais de 2019, já foram registradas 4.736 denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes no país, por meio do Disque 100. Apesar do número representar uma queda de 19% com relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior (5.827 casos), os números de violência sexual contra crianças e adolescentes ainda são considerados graves.

Por conseguinte, em virtude da incidência de casos e das graves consequências desta violência, o abuso sexual foi considerado um grave problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde, que destacou a importância de estudos dirigidos para a prevenção e atenção ao problema. (MALGARIM; BENETTI, 2011, p. 512).

A violência/abuso pode gerar diversos resultados negativos, que afetam o desenvolvimento cognitivo e psicológico das crianças e dos adolescentes (MALGARIM; BENETTI, 2011, p. 511).

Florentino (2015) destaca diversas questões negativas que o abuso sexual infantil pode ocasionar. Deixa marcas físicas psíquicas, sociais, sexuais, entre outras, e prejudica de forma direta e indireta a vida da vítima, criança ou adolescente.

Ainda sobre o autor supracitado, ele destaca a importância dos debates sobre as consequências que o abuso infantil pode causar, levando em consideração algumas particularidades:

As consequências ou o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual variam de acordo com algumas condições ou predeterminações de cada indivíduo, dentre eles: a idade da criança quando houve o início da violência; a duração e quantidade de vezes em que ocorreu o abuso; o grau de violência utilizado no momento da situação; a diferença de idade entre a pessoa que cometeu e a que sofreu o abuso; se existe algum tipo de vínculo entre o abusador e a vítima; o acompanhamento de ameaças (violência psicológica) caso o abuso seja revelado (FLORENTINO, 2015, p.140).

Habigzang, Ramos e Koller (2011) relatam que as consequências do abuso sexual podem alterar conforme as peculiaridades pessoais da criança, levando em conta o apoio social e afetivo recebido de pessoas da sua rede de proteção. Assim, os danos no desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental podem variar de efeitos traumáticos menores até efeitos de alta gravidade.

Segundo Borges e Dell'aglio (2008), o evento traumático é uma experiência vivenciada de modo obrigado, onde faz-se uso de ameaça à vida, integridade física de si próprio ou de pessoas próximas com alguma ligação afetiva, ou seja, é uma experiência não consentida pelo sujeito, mas imposta de forma violenta.

Tendo como ponto de partida essas considerações iniciais, este trabalho foi pensado a partir das questões levantadas durante a vivência da autora no estágio básico II. Uma experiência onde ela teve a oportunidade de observar o quanto as crianças desejam ser compreendidas e ouvidas por alguém que compreenda sua dor, que pode ter sido ocultada por muito tempo, à espera de que um olhar atento possa perceber seu pedido de ajuda. Um pedido muitas vezes não verbalizado, porém evidente em suas atitudes e desejos inconscientes. O objetivo desta monografia é obter uma compreensão de como a criança percebe o abuso sexual, como ela se percebe depois da violação sofrida, porquê elas permanecem em silêncio, como o

segredo as impede de falar sobre o fato, e de quais outras maneiras elas encontram para externar sua dor e buscar por ajuda.

Analisar-se-á a hipótese de que, mesmo permanecendo em silêncio, a criança anseia ser compreendida por alguém que interprete seu pedido de ajuda em suas atitudes, no seu afastamento e em suas emoções.

No primeiro capítulo será discutido quais são as principais formas de violação do sujeito que existem e a vulnerabilidade que os expõe como vítimas em potencial. O segundo capítulo traz a perspectiva de como o silêncio é visto socialmente e dentro das famílias; o processo do segredo como pacto entre a criança e seu abusador e o que leva a criança a permanecer em silêncio diante dessa violação. No terceiro capítulo será analisado, dentro da literatura, de que forma o Silêncio é percebido como manifestação do desejo de ajuda e de compreensão das crianças, e como elas se comunicam e estabelecem uma relação com terceiros para que estes o resgatem e os livrem do sofrimento escondido.

O quarto capítulo aborda a importância da interpretação dos sinais deixados pela criança, como proceder diante dos sinais, qual órgão é responsável por receber essas demandas e a importância da rede de apoio no acolhimento e acompanhamento dos casos. No quinto capítulo discorre sobre o método utilizado, abordando os passos realizados para a elaboração da revisão sistemática da literatura. No sexto capítulo, discussões e resultados, sobre as principais questões que os autores abordaram em seus estudos a importância de observar os sinais que as crianças transmitem e sobre seus direitos e cuidados.

No sétimo capítulo trago minhas compreensões após as leituras dos artigos estudados. Trago a importância dos responsáveis pelas crianças promoverem um espaço seguro e de confiança para este último, assim como a importância de observarem as formas que as crianças e os adolescentes encontram para verbalizar seu sofrimento/violência.

## 2 VIOLÊNCIA SEXUAL

São múltiplas as definições de violência, uma vez que são diversas as formas de violação ao sujeito. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define, de forma geral, a violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultado em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p. 5).

Com diversas formas existentes de violência contra o sujeito como descrito na citação acima, entre elas, violência física, psicológica, moral, social e econômica, o abuso sexual pode ser considerado o maior tipo de violência, tendo em vista que atinge todas as idades, ambos os sexos e todas as classes sociais.

Em linhas gerais, compreende-se o abuso sexual como toda relação não consensual, visando a obtenção de prazer mediante uso de força, chantagem ou falas coercitivas para com as vítimas, ou seja, toda e qualquer ação que atente contra a sexualidade do outro sem sua permissão pode ser considerada abuso sexual (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002).

### 2.1 Principais vítimas do abuso sexual

Embora o abuso sexual aconteça em diferentes faixas etárias, sociais e de gênero, conforme supracitado, ressalta-se que crianças e adolescentes são os mais vulneráveis, pois encontram-se em processo de construção física, psíquica e social. É de extrema importância que tal processo de construção aconteça de forma plena, para resguardar a fase adulta da vida do sujeito.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes de que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, p. 10).

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrem no Brasil, por ano, cerca de 100 mil casos de abuso e exploração sexual de crianças

e adolescentes, mas menos de 20% desses casos chegam ao conhecimento das pessoas encarregadas de tomar providências<sup>1</sup>.

A violência sexual é um problema de saúde pública em constante debate. Essa realidade torna o enfrentamento desse cenário um processo contínuo e árduo, onde mesmo havendo denúncias, existem casos que permanecem encobertos pelo sentimento de impunidade e impotência, colocando os abusos intrafamiliares ainda como tabu, dificultando sua revelação.

A violência sexual infantil e o silêncio frente a essa violência são temáticas principais, norteando este estudo. Entretanto, compreendeu-se a necessidade de pontuar outras modalidades de violência sexual contra a criança e o adolescente, visto que, conforme é possível constatar com os dados de 2015 da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH), o abuso sexual é ponto de partida para que as demais formas de violência aconteçam, corroborando para o silêncio das vítimas.

### *2.1.2 Definições de violência e violência sexual infantil*

Segundo a OMS, a violência contra crianças e adolescentes é descrita como sendo toda forma de maus-tratos: físico, emocional, abuso sexual, negligência ou outras formas de exploração que possam proporcionar algum dano à saúde da criança, física ou psicológica (EGRY *et al.*, 2017).

O abuso físico engloba dano não-acidental como espancamentos, queimaduras e machucados em geral. O abuso verbal se mostra via ameaças de abuso físico ou sexual. Entende-se aqui o abuso sexual como a exposição do menor de idade a atos sexuais que ele não pode compreender e consentir ou à prática sexual propriamente dita.

Azevedo *et al.* (1989) conceituam abuso/violência sexual infantil como qualquer proximidade ou relação de alguém de estágio psicossocial superior, seja ela de relação heterossexual ou homossexual, onde este faz uso da criança ou do adolescente para estímulo sexual.

Essa relação pode conter toques, carícias, sexo oral ou relações com ou sem penetração, podendo incluir episódios que não necessitam de contato físico

---

<sup>1</sup> Dados estatísticos disponíveis em: < <http://ptnnews.com.br/coluna- apenas- uma- menina/>>

como: voyeurismo, assédio e exibicionismo. Essas ações são impostas às crianças através de violência física, ameaças, uso de poder ou indução de sua vontade.

Dessa forma, o abuso sexual pode ser identificado como extrafamiliar e intrafamiliar. Segundo Santos e Dell'aglio (2008), a extrafamiliar abrange a violência no espaço que está fora do contexto familiar da criança, geralmente havendo a implicação de alguém desconhecido pela mesma. Enquanto, de acordo com os mesmos autores, o abuso sexual intrafamiliar ocorre com familiares da própria criança, muitas vezes dentro do ambiente da casa da mesma. Esse tipo de abuso, por vezes, se estende durante anos.

Segundo Habigzang, Ramos e Koller (2015, p. 22), “a maioria dos casos de abuso sexual (80 a 95%) acontecem no meio intrafamiliar, quando o agressor é alguém próximo da família, tendo como característica principal uma relação, seja ela de cuidado, proteção ou parentesco”.

Em geral, não é sempre tarefa fácil reconhecer quando a criança sofreu abuso. Não raro, crianças vítimas de violência têm medo de denunciar por temerem ser culpabilizadas ou que ninguém acredite em seus relatos. Quando isto se soma ao fato de que a maioria esmagadora dos abusadores está no seio familiar, dificulta-se muito a revelação do crime.

### *2.1.3 Direitos das crianças e dos adolescentes*

Naturalmente, por estarem em um processo instável de aquisição e construção dos aspectos que moldam sua personalidade, as crianças e adolescentes tornam-se mais indefesos e vulneráveis. É evidente a necessidade de existir um olhar minucioso para esse público, um atendimento adequado da parte dos que são incumbidos dessa responsabilidade, como a sociedade, a família e o Estado.

Como se encontra bem definido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ONU, 1948), que destaca que “a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistências especiais” (ONU, 1948), ou seja, por serem reconhecidos como um grupo mais vulnerável, a criança e o adolescente devem ser entendidos como prioridade.

A declaração veio estabelecer tais garantias num cenário pós-segunda guerra mundial, palco de terríveis violações dos direitos humanos, onde os mais afetados pelo conflito armado foram os mais jovens transformados em órfãos, que

ficaram muito vulneráveis a quaisquer tipos de abusos.

Na atual configuração de governo, o Estado é o responsável por garantir os direitos básicos do cidadão, previsto na Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. Os instrumentos do Estado para a manutenção desses direitos surgem principalmente na forma da legislação vigente, que faz a definição do que constitui um crime e suas devidas punições no ordenamento jurídico.

A respeito dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, país signatário da Organização das Nações Unidas, a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde consta, em seu artigo 227, que a responsabilidade de proporcionar o cuidado e a proteção para crianças e adolescentes não se dirige apenas à família, mas também é responsabilidade da sociedade e do Estado, que devem garantir-lhes direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

No entanto, uma simples apreciação da realidade é capaz de evidenciar várias negligências em relação a crianças e adolescentes, tais como: omissão, rejeição, descaso, descompromisso do cuidado e do afeto, e negação de sua existência, desta forma colocando esses sujeitos em situações de maior vulnerabilidade, além de seu estado natural que já é vulnerável.

### 3 SILÊNCIO

Ao longo da história o conceito de “Família” foi contado como ambiente acolhedor e seguro, onde a promoção do bem estar de seus membros aconteceria de forma plena, sem prejuízos de qualquer natureza.

Porém, para Rondon (2016), esse ambiente nem sempre se desenvolve de forma saudável, prejudicado pelas violações dos direitos de seus membros. A violação sexual ou o incesto são anomalias não tão raras, entretanto, são as menos faladas, muitas vezes encobertas por segredo. Isto implica em grande necessidade de discorrer sobre a realidade silenciada pela violência intrafamiliar, que macula o real sentido em algumas “Famílias”, com falha nessa estrutura vista como ideal.

Risman *et al.* (2014) complementam que esse segredo envolve aspectos psicológicos e culturais, agravados pela violência de cunho sexual infantil pelo fato de que suas consequências psíquicas transcendem os padrões de prejuízos apenas físicos, uma vez que, o abuso sexual envolvendo parentesco ou consanguíneo acarreta perdas emocionais e cognitivas, que afetam negativamente a consolidação da estrutura do sujeito para a vida adulta. Considerando que o abuso é cometido por pessoa outrora detentora de confiança e afeto da vítima, o medo e a culpa/vergonha erguem muros psíquicos como o “Silêncio” inviabilizando o enfretamento, acompanhamento por profissionais e corroboram para baixas notificações que intervenham essa violação.

Na visão de Siqueira, Arpini e Savegnago (2010), o abuso sexual intrafamiliar permanece sendo tratado dentro das próprias famílias, uma realidade negada e silenciada tão somente visando não expor socialmente essa falha na família, alienando o direito da vítima de ser acolhida e protegida.

Essa ruptura no ideal familiar e a incubação de um segredo é algo que deve ser discutido dentro das famílias. Matias (2006) ressalta que, mesmo com tantas informações e mudanças ao longo da história, muitos abusos são silenciados pela criança, por causa do ensinamento de que é permitido esse tipo de relação entre os familiares. É uma percepção alterada dos papéis que cada membro deve exercer dentro das famílias, sendo esta uma possível explicação para o fato de a criança demorar a compreender que está sendo abusada, ou seja, quando se fala de família, deve-se lembrar que ela abrange diversas representações, é necessário analisar como se dá a ligação desses vínculos afetivos, e como foram estruturados.

Esses fatos internos do abuso sexual intrafamiliar, os desejos, o poder que as palavras dos adultos exercem, e os status e as formas como os vínculos foram formados forçam o silêncio da vítima, justificando o breve discorrimento anterior sobre o fortalecimento do silêncio dentro das famílias e suas implicações.

Ou seja, partindo desse ponto, compreende-se que:

A investigação dos fatores que inibem a revelação do abuso é tão importante quanto a investigação dos fatores que contribuem para a revelação e que podem funcionar como mediadores, diminuindo a revitimização ou o impacto negativo dos procedimentos que se seguem após o rompimento do segredo do abuso (HERSHKOWITZ; LAMB; HOROWITZ, 2007, p. 334).

Nesse sentido Habigzang, Ramos e Koller (2011), percebem que a existência do vínculo familiar com o agressor fortalece a construção do pacto de silêncio sob possíveis recriminações, punições ou até mesmo a perda do seu lugar na família. Essa sensação de desconfiança e proximidade sustentam as barreiras encontradas para a revelação do abuso sexual sofrido, ou até mesmo para a sua comprovação, prolongando os dias para a descoberta.

Segundo Almeida (2005), entende-se que, dependendo da estrutura familiar em que a vítima está inserida. O silêncio é mantido como forma de evitar uma desintegração da família. No caso da criança, esse “Pacto de Silêncio” pode ser imposto pelo agressor, baseando-se tão somente na detenção de poder, em que a criança se encontra submissa.

Embora frequentemente o Pacto de Silêncio seja citado como principal inibidor dos relatos do abuso sexual essa dificuldade é nomeada como “Síndrome do Segredo” e pouco disseminada socialmente.

As crianças confiam nos adultos e precisam deles para o seu desenvolvimento físico e psicológico. Quando ocorre o abuso sexual, elas se sentem traídas, não só pelo abusador, mas também pelas pessoas em quem ela confia (mãe, professores, médicos) ou até mesmo órgãos judiciais, que muitas vezes não acreditam em sua história e exigem provas que, na maioria dos casos, não existem. Para suportar essa situação, a criança abusada desenvolve como mecanismo de defesa a Síndrome do Segredo através da negação e da dissociação (SANTOS; DELL'AGIO, 2010, p. 329).

Sani (2005) acredita que a escolha do silêncio pela criança seja regada de fatores externos e psicológicos que favorecem essa escolha, tais como a representação da família, ameaças e falas que induzem a criança a se calar, a fim de

evitar possíveis consequências de sua manifestação do ocorrido, ressaltando o medo de não ser acreditada e punida pelas pessoas que anteriormente ocupavam posições de confiança em seu ambiente familiar, tornando-a suscetível a possíveis traumas posteriores. O mais recorrente é a vulnerabilidade e submissão nos seus relacionamentos.

Essas dificuldades oriundas do trauma sofrido pela vítima são manifestadas e observadas em suas ações cotidianas, pois nem sempre a criança consegue externar com palavras o ocorrido, e as mudanças e inquietações internas passam a determinar novas formas de reagir ou comunicar que há algo de errado.

### **3.1 Ouvindo o Silêncio**

Embora não haja uma fala verbalmente estruturada na criança, ela permanece se comunicando através de ações como: fingir, se esconder, brincadeiras ou por sentimentos de irritabilidade, choro sem motivo, inquietações, estresse e por manifestações somáticas do corpo.

Tendo em vista o desenvolvimento humano e suas etapas, durante a primeira infância já é perceptível que as crianças desenvolvem sua maneira de se comunicar com o meio inserido, inicialmente com o corpo, pelo choro, gestos e expressões corporais até aprenderem a falar e interpretar a fala, segundo Papalia e Feldman (2011). Durante esse processo de aquisição da fala, também é notório a capacidade de se manifestarem de formas peculiares até a sua adolescência, seja por meio de sentimentos, brincadeiras, comportamentos ou fantasias: a linguagem verbal e a não verbal se desenvolvem juntas. A linguagem não verbal geralmente é utilizada por crianças tímidas, introvertidas, deficientes auditivos/visuais com dificuldades psicológicas ou dificuldades de expressar verbalmente algum evento vivido.

A observação do uso dessa linguagem é o caminho mais rápido para identificar manifestações atípicas dessa fase do desenvolvimento, isto é, a forma de escutar os gritos em meio ao silêncio de vítimas de abuso sexual infantil.

A infância é uma das fases onde o sujeito encontra-se em processo de aprendizagem, se desenvolvendo a partir do que ela observa no mundo concreto e no seu abstrato. Nesse período, a criança envolve sua imaginação tendo a capacidade de materializar e, ao mesmo tempo fantasiar sobre suas vivências (WOISKI; ROCHA, 2010).

A criança tem uma maneira particular de ser. Ela está se desenvolvendo, aprendendo, sentindo e conhecendo o mundo ao seu redor, conforme vai tendo contato com seu mundo interior e exterior. Assim ela encontra novas formas de se expressar, formas distintas da forma de um adulto, uma vez que a criança se encontra no início do seu desenvolvimento. (WOISKI; ROCHA, 2010).

Em outras palavras, a criança possui uma linguagem própria, seja verbal ou comportamental. Com isso, é importante que, nessa fase de desenvolvimento da criança, o adulto responsável por ela observe a forma que esta encontra para se comunicar, transmitindo segurança e confiança, possibilitando que ela se expresse e se desenvolva de forma saudável e segura, tanto fisicamente quanto emocionalmente. Considerando isso, é importante ressaltar a mediação das ações, relações, sentimentos e afetos da criança através do corpo. Dessa forma, Agostinho (2018) afirma que:

O corpo metaforiza a palavra, é um meio de comunicação dotado de múltiplos canais: gestualidade, mímica, posturas, língua, silêncios, tonalidade da voz. Todos esses elementos constituem-se importantes informantes do que as crianças pensam, sentem, de como agem e participam em seus contextos. Revela-se assim a importância de mantermos atenção em seu potencial revelador das formas de participação das crianças (AGOSTINHO, 2018, p. 352).

Ou seja, a criança nunca se encontra de fato em silêncio, mas está sempre se comunicando e buscando novas formas de revelar o que se passa com ela. O silenciar de uma criança difere do silenciar de um adulto, pois esta deseja se comunicar, mas não consegue descrever ou falar sobre o que está acontecendo, por não compreender a situação.

Desse modo, as ações das crianças podem revelar bastante da sua realidade. Segundo Lordello (2014), o discurso socializado da criança evolui para a fala interiorizada, transmitida no sentido de comunicação como um instrumento que facilita sua expressão, que pode ser demonstrada através do corpo.

Isso colabora na compreensão do que essa criança pode revelar do seu espaço social. Ainda de acordo com Lordello (2014):

O fato de ela estar reproduzindo cenas ou perguntas com erotização excessiva pode revelar que [...] o discurso socializado vigora, sendo internalizado ou naturalizado para a criança como uma mudança provocada de fora para dentro. (LORDELLO, 2014, p. 48).

Segundo Ramos (2015, p. 23): “é necessário que os pais ou responsáveis estejam sempre alertas a qualquer tipo de mudança de comportamento, atitudes e outras características que possam ser vistas como denunciadoras que a criança esteja sendo abusada”. É observado também que a criança se sente desprotegida quando os seus responsáveis falham em combater o abuso que ocorre com conhecidos, desta forma reforçando o silenciamento dos crimes.

Quando pensamos no corpo como um cenário de manifestações inconscientes de um abuso sexual velado, a linguagem somatizada do corpo também deve ser analisada nas observações:

Conforme Williams (2005) outros indicadores de crianças sexualmente abusadas achadas na literatura são Ansiedade (manifestando-se em medos e pesadelos) depressão, baixa autoestima, isolamento, queixas somáticas, comportamentos agressivos, dificuldades escolares, Transtornos de Estresse Pós Traumaáticos, comportamentos regressivos (enurese, ecoprese, birras, choros) fuga de casa e comportamentos auto lesivos e ideação suicida (SILVA; INADA, 2013, p. 4).

O grito mais estridente que se pode ouvir é o grito do silêncio, pois ele vem impulsionado por dores psíquicas, ampliado pela angústia, ecoando por todo o corpo de quem tem sua alma amordaçada. Esse pensamento demonstra a importância da atuação da rede de apoio em que as crianças e adolescentes estão inseridas, e a interpretação da linguagem adotada por elas para exteriorizarem suas experiências, sejam elas negativas ou positivas.

#### 4 OS CAMINHOS PERCORRIDOS ENTRE A REVELAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO

A revelação do abuso sexual em si não é tarefa simples e repentina. Na perspectiva de Santos e Dell’Aglia (2010), a revelação engloba acontecimentos que antecedem a ruptura do silêncio em três momentos: pré-revelação, onde estão as fantasias manifestadas e os anseios sobre as consequências dessa revelação; a revelação em si, que é a tomada da decisão de expor o ocorrido em lugar e pessoa de sua confiança; e as consequências da revelação, onde não só um segredo da vítima está se tornando conhecido, mas a sua vulnerabilidade, sua família, amigos, e conhecidos e as novas formas de se posicionar.

A responsabilidade de um segredo doloroso impõe à vítima estar em um mundo paralelo, a fim de suportar tamanho medo e vergonha, aprisionando-a em seus próprios sentimentos, inviabilizando a intervenção e cuidados devidos. Essa perspectiva, segundo Nunes (2014), é o fator que desafia os números em notificações, pois este isolamento causado pelo silêncio está entrelaçado com os preconceitos morais que colocam o incesto ainda como um tabu social, naturalizando o pacto do segredo nos abusos intrafamiliares, dificultando as denúncias.

Dentro do contexto infanto-juvenil, a quebra do silêncio diante da revelação, no primeiro momento, está atrelada aos indícios que levaram da pré-revelação à revelação. Compreendido por Baía *et al.* (2013), essa quebra do segredo pode ser feita através da manifestação deliberada da criança, manifestação estimulada, ou a manifestação compulsória. Estes meios descritos variam de acordo com a idade, percepção/entendimento da vítima sobre o abuso, maturidade e confiabilidade em terceiros.

Na maioria dos casos de abuso intrafamiliar, as marcas do crime perpetrado se reduzem às marcas psíquicas nas vítimas e somente ela pode relatar, qualquer que seja a linguagem adotada, funcionando como ponte entre as autoridades e o crime praticado. Segundo Souza (2013), isto ocorre pois, ao se retrair, a criança ingressa em um isolamento social que exige uma nova reelaboração para reduzir a dor que a impede de agir normalmente, forçando tamanho silêncio que o corpo não suporta. As dores somatizadas passam a se manifestar inconscientemente, deixando rastros a serem seguidos pois:

Na dificuldade de revelar o seu segredo, as vítimas deixam pistas de modo que parentes e vizinhos percebam a mudança de seu comportamento, assumindo, com isso, a defesa da vítima. Situações como essas não reveladas nos atendimentos diários nos centros de referência (RONDON, 2016. p. 100)

Para Braun (2002), é perceptível que, partindo de elementos anteriores citados, seu ponto de vista reforça a ideia da existência do mito onde a criança não revela o abuso por medo das ameaças e sofrimentos sofridos. O argumento supracitado é desconstruído ao longo desse estudo, uma vez que a criança não rompe o silêncio, o que demonstra a importância da identificação dessas pistas deixadas pela vítima, para que o abuso seja denunciado e a intervenção pelos meios responsáveis seja realizada.

Cabe aqui destacar, de acordo com Brino e Williams (2008), no que se refere aos sinais e sintomas brevemente citados, a importância de se saber reconhecer e a necessidade de expor os sintomas, pois na ausência de provas físicas de um possível abuso que a criança possa estar sofrendo, a sua mudança de comportamento e sua frequência devem ser notadas como uma expressão não verbal do que ela está reprimindo, possibilitando e facilitando a identificação e denúncia por terceiros. Há a ideia de que esse conhecimento deve pertencer aos profissionais, mas também a toda a sociedade.

Os caminhos percorridos começam na pré-revelação até a notificação. Souza (2010) nos apresenta este momento como uma jornada entre a identificação até a institucionalização legal do caso. Essa percepção sobre a dinâmica processual é inerente às medidas cabíveis após a comunicação, e é fruto de estudos sobre o funcionamento e dificuldades que o sistema de justiça enfrenta para agilizar os casos.

Nesse momento, visando maior compreensão dessa caminhada supracitada, Cardozo (2011) descreve brevemente o início dessa jornada, caracterizando o principal elo entre sociedade e justiça, na figura do Conselho Tutelar, que atua na mediação entre as demandas que chegam e seu encaminhamento aos órgãos responsáveis pela proteção e repreensão dos envolvidos nos casos. Salienta-se que o Conselho Tutelar foi criado a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tendo como objetivo principal a efetivação dos direitos nele assegurados e a aproximação entre comunidade e as políticas públicas. É um órgão independente, que trabalha com os órgãos públicos e o poder judiciário de maneiras específicas. O próprio Conselho Tutelar decide o melhor momento para acionar essa parceria.

O Conselho Tutelar, em um olhar voltado à sua constituição e funcionalidade, foi descrito por Bento e Santos (2017) como sendo responsável por receber a denúncia, averiguar a procedência de cada caso e notificar formalmente a família ou agressor, além de verificar *in loco*, junto à vítima, o ocorrido, a fim de garantir o direito ao cuidado institucional e profissional às vítimas. Evidencia-se que, no momento em que a suspeita se torna do conhecimento de um profissional ou qualquer outra pessoa, não pode haver omissão diante da suspeita: a comunicação ao Conselho Tutelar ou Vara da Infância e Juventude deve ser realizada de imediato. Desta forma, a intervenção se dá, partindo da denúncia de que os direitos da criança e do adolescente estão sendo ameaçados ou violados.

O Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940, considera crime:

Art. 135 – Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública. (BRASIL, 1940).

Ou seja, a omissão é entendida como compactuação com a violência e contribui para a possível perpetração do abuso sexual ou quaisquer tipos de violência contra a criança e o adolescente.

Lima e Deslandes (2011) descrevem as observações sobre suspeitas de violação e seus encaminhamentos ao Conselho Tutelar como notificações compulsórias. Na maioria dos casos, elas chegam por profissionais da saúde que recebem a demanda de atendimento de rotina ou emergência e tem por obrigação legal e profissional observar e acionar o poder público para averiguação e providências legais. As notificações feitas pela família da vítima direto ao órgão reparado são consideradas atípicas.

Após conhecimento da denúncia, sua verificação depende de provas. Na ausência delas, o relato da criança é crucial, evidenciando o lado negativo do silêncio, pois a coleta de dados pode ser prejudicada pelo medo de falar.

Tomando ciência da possível vitimização da criança diante dos processos que cercam a revelação, Habigzang, Ramos, Koller (2011) salientam a importância da escuta especializada e acolhimento inicial da vítima, visando criar um ambiente confiável e livre de punições. Essa desconstrução do segredo no caso do abuso sexual dentro da família tem como agravante o fato de que o abusador está dentro da família, dificultando o rompimento desse segredo durante os relatos da criança.

Conforme Rondon (2016), destacam-se, como aspectos a serem considerados, a noção de que tal fenômeno deve ser percebido em sua totalidade, ou seja, como uma problemática multifocal, onde é preciso que a rede de apoio promova cenários e propostas favoráveis à vítima, legitimando a proteção oferecida para seu relato, além de reforçar o enfrentamento e desconstrução desse fenômeno ligado ao silêncio.

Esse pensamento da complexidade da revelação deve ser reforçado, pois há a necessidade de um olhar atento à situação que envolve a família da vítima por parte do profissional. Segundo Almeida (2005), uma vez revelado o segredo, ele se torna uma problemática familiar onde todos os aspectos que envolvem a família devem ser analisados, com a certeza de que as medidas protetivas devem ser aplicadas, e muitas vezes elas são dirigidas ao abusador, mesmo que ele esteja dentro desse meio, seja por laços sanguíneos ou sociais, justificadas pelo risco ao qual a vítima é exposta, risco de vida ou de outras consequências.

Partindo dessa perspectiva dos cuidados com a vítima que chega ao poder público, Fiorentino (2014) destaca a ação das redes de apoio destinadas pelo Conselho Tutelar. Objetivando conduzir as ações a um olhar especializado, o Centro de Referência e Assistência Social (CREAS), desenvolve o atendimento, assistência e enfrentamento junto de uma equipe de psicólogos que realizam o acolhimento, acompanhamento terapêutico das vítimas e da família da vítima, visando a retomada do desenvolvimento das mesmas e a redução dos danos englobados pelo abuso sexual sofrido.

Ciente do abuso sexual como um problema de saúde pública, o Governo Federal implementou dentro dos CREAS o Projeto Nacional Sentinela, onde a equipe de psicólogos, além do acompanhamento e intervenção, mapeia os fatores que colocam essas vítimas em vulnerabilidade, sendo esta mais uma medida de enfrentamento do abuso sexual infantil (SANTI, 2013).

Uma revisão na literatura proporcionou compreender que comum a todos há a importância do desenvolvimento pleno e saudável das crianças. Segundo Souza (2013), muitos compartilham da mesma ideia sobre os prejuízos psicossociais que marcarão a vida da vítima enquanto as memórias estiverem vivas, pois, diferente das cicatrizes físicas, que podem ser cobertas ou amenizadas, as cicatrizes invisíveis que cada criança e adolescente carregarão em sua trajetória são impossíveis de apagar ou esquecer.

Tornar conhecido o problema social que o abuso sexual infantil se tornou, promovendo maior visibilidade, e colocar o incesto nas rodas de discussão, desmitificando esse tabu, é desnaturalizar o que há tempos tem sido invisível, estimulando as denúncias e evitando a perpetração de casos.

## 5 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa. Estudos desse tipo visam fornecer uma visão geral acerca de um fato pouco explorado, o que é apropriado nos casos onde é difícil formular hipóteses precisas sobre o tema. Tendo definido a abordagem e o tipo de pesquisa, foi possível delinear o método apropriado para atingir os objetivos.

Minayo (2001) entende que, num trabalho científico, “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade” (MINAYO, 2001, p. 10). Ainda de acordo com a autora, a pesquisa qualitativa “se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2001, p. 21), permitindo a captação dos significados subjetivos.

A revisão de literatura se mostrou ideal para exibir as características do silenciamento do abuso infantil, haja vista a garantia científica do tema. Em suma, “esse método de revisão é definido como o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de uma resposta a uma pergunta específica” (BIBLIOTECA PROFESSOR PAULO DE CARVALHO MATTOS, 2015, p. 2). O tipo de revisão bibliográfica utilizado foi a integrativa, que é constituída de uma ampla análise da literatura, apresentada a seguir.

### 5.1 Revisão integrativa

A revisão integrativa permite “a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um tópico” (BIBLIOTECA PROFESSOR PAULO DE CARVALHO MATTOS, 2015, p. 4).

Para a construção da revisão integrativa, algumas etapas precisam ser consideradas. Para desenvolver a pesquisa de maneira eficaz, serão estabelecidas as etapas segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008).

Nesse sentido, a primeira etapa é a identificação do tema e seleção da hipótese ou questão da pesquisa, ponto de partida para a elaboração de qualquer trabalho científico (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). A segunda etapa é o

estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos que constituirão a revisão. A terceira etapa é a definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados na busca inicial, que são os trabalhos que se adequaram aos critérios de inclusão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A quarta etapa é a categorização dos estudos incluídos na revisão integrativa, que serve para garantir a validade da pesquisa. Nessa etapa, ocorre a elaboração da matriz de revisão, de modo a contemplar de maneira competente o resultado de cada trabalho selecionado. A construção da matriz é seguida de uma análise crítica dos resultados.

Na quinta etapa, acontece a interpretação dos resultados. É a fase de discussão dos principais resultados encontrados nos artigos selecionados. Por fim, a sexta e última etapa é a apresentação da revisão em si.

Foi realizada a identificação do tema, a seleção de hipótese ou questão que norteia a pesquisa para a revisão integrativa. Seguindo as etapas acima descritas, a pesquisa foi realizada utilizando as bases de dados eletrônicas, acessadas no primeiro semestre de 2020. As bases foram: Scielo e Pepsic. Os critérios de filtros aplicados foram referentes ao idioma e tempo (ano das publicações), onde foram selecionados aqueles escritos em língua portuguesa. As palavras-chave usadas na procura dos artigos foram: Violência sexual; família; criança; silêncio, abuso sexual e adolescente. Com o resultado da busca, foram obtidos inicialmente 6 artigos na base da Scielo e 42 artigos no Pepsic. Após adicionar os critérios de inclusão e exclusão, restaram 1 artigos na Scielo e 6 artigos na Pepsic.

Quadro 01 – Resultados da pesquisa bibliográfica.

	Scielo	Pepsic	Total
Artigos encontrados	6	42	48

Fonte: dados da pesquisa.

## 5.2 Critérios de Inclusão

Os critérios de inclusão para esta pesquisa foram: Trabalhos de conclusão de curso, casos clínicos, relato de experiência, artigos que tratam do abuso e da violência sexual infantil, artigos científicos publicados entre 2010 a 2020, texto completo disponível, redigidos em língua portuguesa e que tenham como indexadores

um ou mais dos seguintes termos: violência sexual de menores; violência intrafamiliar; revelação; tratamento de vítimas de abuso.

### 5.3 Critérios de exclusão

Os critérios de exclusão aplicados eliminaram as publicações que não atenderam aos critérios estabelecidos na metodologia. Na tabela 1, a seguir, apresenta-se a quantidade de artigos que foram excluídos do estudo, de acordo com os critérios previamente estabelecidos:

Tabela 01 – Artigos excluídos do estudo, de acordo com os critérios previamente estabelecidos.

	SCIELO	PEPSIC	TOTAL
TOTAL DE ARTIGOS IDENTIFICADOS	6	42	48
Exclusão de artigos publicados anterior a 2010	1	9	10
Exclusão de artigos duplicados	3	3	5
Exclusão de artigos sem resumo em Português	0	1	1
Exclusão de artigos que explicam os modos de cuidados de outras áreas de atuação	0	1	1
Exclusão de artigos que apresentam serviços que atendem e/ou fazem mediação com as crianças que depõem como testemunhas	0	2	2
Exclusão de artigos que abordam notificações de órgão públicos	0	2	1
Exclusão de artigos que tem o foco no agressor	0	6	6
Exclusão de artigos que abordem outras formas de violência que não seja a violência/abuso sexual infantil	1	4	5
Exclusão de artigos que foquem somente na comunicação terapeuta-paciente e em comportamentos e testes psicológicos	0	4	4
Exclusão de artigos que foquem somente na capacitação dos profissionais de diversas áreas	0	3	3

Exclusão de dissertações	0	1	1
TOTAL DE ARTIGOS SELECIONADOS APÓS A EXCLUSÃO	1	6	7

Fonte: dados da pesquisa.

## 6 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Nesta revisão integrativa, foi realizada a análise de sete artigos publicados em periódicos científicos. Foram os artigos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos anteriormente. Nos artigos selecionados para esta revisão integrativa, cinco são de autoria de psicólogos um artigo foi redigido por um psicanalista e uma psiquiatra e um artigo foi redigido por uma professora de Direito da Criança e do Adolescente. Dentre os artigos avaliados, os sete foram desenvolvidos em universidades.

Em relação ao tipo de periódico, todos foram publicados em revistas de psicologia. Quanto à metodologia envolvida nas sete pesquisas eleitas, cinco se tratam de uma revisão de literatura e dois foram estudos de caso, sendo um realizado através de questionário e um realizado através do acompanhamento de um tratamento terapêutico.

O quadro 03 contém a síntese dos artigos selecionados para a revisão integrativa:

Quadro 03 – Apresentação dos artigos selecionados.

AUTOR(ES)	TÍTULO	REVISTA	ANO
NEVES, Anamaria Silva <i>et al.</i>	Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares	Temas em psicologia	2010
CARNEIRO, Stella Luiza Moura Aranha; CABRAL, Mara Aparecida Alves	"O silêncio dos inocentes": abuso sexual intrafamiliar na infância	Revista EPOS	2010
VERONESE, Josiane Rose Petry.	Violência e exploração sexual infanto-juvenil: uma análise conceitual	Psicologia Clínica	2012
BATISTA, Dayse Simone de Melo; CERQUEIRA-SANTOS, Elder.	Um estudo sobre conselheiros tutelares diante de práticas de violência sexual	Revista Psicologia e Saúde	2012
MEDEIROS, Ana Paula.	O abuso sexual infantil e a comunicação terapêutica: um estudo de caso	Pensando famílias	2013
BARBOSA, Vanir Maria Carneiro; ANTUNES, Maria Cristina; PADILHA, Maria da Graça Saldanha.	A reinserção familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar em acolhimento institucional por medida de proteção: o abuso sexual em foco	Boletim Academia Paulista de Psicologia,	2016
ANTONY, Sheila; ALMEIDA, Ediléia	Vítimas de violência sexual intrafamiliar: uma abordagem	Revista do NUFEN	2018

Menezes de.	gestáltica		
-------------	------------	--	--

Fonte: dados da pesquisa.

O estudo de Neves *et al.* (2010) teve como objetivo resgatar teoricamente o fenômeno do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. Os autores estudaram o abuso praticado tanto por pessoas pertencentes à família do menor, ou seja, no espaço doméstico (intrafamiliar), quanto por estranhos (extrafamiliar). A violência sexual é relatada desde a antiguidade, mas somente nas últimas três décadas vem ganhando notoriedade social, sendo cada vez mais objeto de estudo de pesquisadores e entidades de saúde (NEVES *et al.*, 2010; CARNEIRO; CABRAL, 2010).

Como apontam Neves *et al.* (2010), a criança e o adolescente em situação de violência sexual devem receber prioridade absoluta no atendimento. Cabe ressaltar que os menores devem receber atendimento por profissional especializado na área. No momento da denúncia do abuso sexual, a criança ou adolescente deve se sentir acolhido, por isso é fundamental que o atendimento seja realizado de maneira eficaz, uma vez que profissionais despreparados podem acabar contribuindo para um processo de se tornar vítima novamente.

Neves *et al.* (2010) ressaltam que esse atendimento deve buscar devolver a autoestima ao menor violentado. Além disso, deve devolver a criança ou adolescente à convivência familiar em condições dignas para o menor. É fundamental que atenção oferecida o menor se volte a um esforço para encerrar o ciclo de violência que a criança ou adolescente vem sofrendo.

A pesquisa de Carneiro e Cabral (2010) trata do silêncio promovido em torno dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Mais precisamente, os autores delimitam a pesquisa em torno dos casos de incesto, que são as relações de abuso praticadas em ambiente domiciliar por familiares das vítimas. Nessa pesquisa, os autores ressaltam que esse silêncio é promovido tanto pela sociedade quanto por especialistas da área. Isso ocorre, em alguns casos, pelo fato de os profissionais não conseguirem diferenciar casos reais de casos fantasiosos relatados pelas crianças. Em outras situações, essa confusão pode partir da própria criança, que, por estar em uma relação de abuso sexual cometida por um familiar, passa por um processo de confusão mental (CARNEIRO; CABRAL, 2010).

Ainda de acordo com Carneiro e Cabral (2010), não existe um consenso

acerca da definição exata de incesto. Por se tratar de um tema extremamente complexo, falta uma definição teórica e conceitual do que se constitui um comportamento incestuoso. Mas os autores relatam que, apesar dessa lacuna na literatura, todas as pesquisas têm em comum que o comportamento incestuoso é algo inaceitável.

Quando ocorre na primeira infância, o incesto é incompreendido pela criança, pois ela ainda desconhece que se trata de um ato sexual. Apesar disso, ela sofre traumas físicos e o sentimento de proteção e amor que tem pelos pais pode ser ameaçado. Na idade pré-escolar, de dois a cinco anos, a criança dificilmente compreende que está sendo abusada. Nessa fase, o abuso é mais comumente detectado, pois dá sinais de reconhecimento da atividade sexual. No período escolar, a criança abusada já desenvolve sentimentos de autocritica e consciência. Apesar de a negação ser uma característica constante nessa etapa, a criança demonstra vergonha, culpa, confusão e falta de segurança. Por fim, na adolescência, o incesto pode resultar em comportamentos impulsivos na vítima, que em muitos casos apresenta condutas antissociais como fugas, abuso de drogas e outros comportamentos autodestrutivos (CARNEIRO; CABRAL, 2010).

Veronese (2012) ressalta que a Lei nº 12.015, que trata do abuso e violência sexual específico contra menores, em vigor atualmente, foi promulgada em 2009. A Lei versa sobre penas para os crimes de estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia (praticar ato libidinoso na presença de menores) e exploração sexual. Ainda de acordo com a autora, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também prevê reclusão e multa quando são violados os direitos sexuais das crianças e dos adolescentes.

A pesquisa de Batista e Cerqueira-Santos (2012) analisou a prática de cinco conselheiros tutelares diante de casos de violência sexual através da realização de entrevistas com os conselheiros. De acordo com os conselheiros, as instalações do Conselho Tutelar se encontram em condições inadequadas, com falta de material que proporcione uma escuta e atenção de qualidade as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Apesar de o atendimento as vítimas ser um trabalho padronizado, em muitos momentos percebe-se o despreparo dos conselheiros na condução dos casos. Em alguns casos, o conselheiro só conhece o ECA no momento em que começa a exercer sua função.

O estudo de caso de Medeiros (2013) teve como objetivo contribuir com a

literatura ao analisar o acompanhamento psicoterápico de uma criança que sofreu abuso sexual. A vítima acompanhada sofreu abuso por parte de seus vizinhos, tinha seis anos e era do sexo masculino. A criança demonstrava medo durante as sessões de terapia, o que dificultava a criação de um vínculo entre o psicólogo e a vítima. Jogos lúdicos e desenhos foram utilizados como estratégia de aproximação e comunicação.

A terapeuta identificou situações de medo em alguns momentos, apesar da vítima não verbalizar tais situações. Durante os jogos de dama, por exemplo, o paciente tentava, de diversas formas, criar uma espécie de “parede” para se proteger dos inimigos, indicando medo de contato com o próximo. Já em seus desenhos, a vítima fazia uma figura humana com uma cabeça extremamente pequena em relação ao corpo, que pode indicar insegurança. As sessões duraram um ano e, ao final dos encontros, a criança conseguiu retomar as características que havia perdido e a possibilidade de ser criança (MEDEIROS, 2013).

A pesquisa de Barbosa, Antunes e Padilha (2016) analisou as dificuldades de reinserção de uma criança ou adolescente vítima de abuso sexual intrafamiliar no seio da sua família. Esta temática se torna complexa quando a criança ou adolescente conhece seu agressor e mantém com ele alguma relação de afetividade, através de confiança ou amizade. Nesses casos, somente quando a barreira do silêncio é quebrada o caso de abuso vem à tona (CARNEIRO; CABRAL, 2010; BARBOSA; ANTUNES; PADILHA, 2016).

O agravante do abuso sexual intrafamiliar é a facilidade de recorrência, o que contribui para que a vítima se sinta culpada, e dificulta a reinserção familiar. A dificuldade econômica também é fator relevante na reinserção. As faltas de articulação entre as redes de proteção ao menor também dificultam uma reinserção segura (BARBOSA; ANTUNES; PADILHA, 2016). Dessa forma, a capacitação de profissionais que atuarão diretamente no caso é indispensável (BATISTA; CERQUEIRA-SANTOS, 2012; MEDEIROS, 2013; BARBOSA; ANTUNES; PADILHA, 2016).

O artigo de Antony e Almeida (2018) analisou, à luz da Gestalt-Terapia, os casos de violência sexual intrafamiliar. Os autores ressaltam que a criança tem uma forte ligação com seus familiares, como se fossem um só. Dessa forma, ao sofrer um trauma provocado por um de seus familiares, a criança tem essa unidade rompida. É por isso que a terapia deve envolver além da vítima, deve abranger a família como uma unidade. A terapia com a criança deve auxiliá-la a trazer de volta a consciência

das emoções causadas pelo abuso. O trabalho de supressão do sentimento de culpa é imprescindível, pois, apesar de ser vítima, a criança se sente culpada pelo abuso sofrido. Já com a família, a terapia deve buscar orientar acerca das consequências do abuso, além de trazer a responsabilidade de proteção que essa família deve ter com o menor.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, o processo do desenvolvimento infantil é uma fase de aprendizados e experiências que necessitam de atenção e acompanhamentos adequados para que este processo ocorra de forma saudável e agradável para os indivíduos que a vivenciam. Contudo, há estudos na literatura científica apontando os fatores internos e externos que permeiam essa fase e afetam o sujeito a curto e longo prazo.

O objetivo inicial desse artigo foi buscar compreender como as vítimas reagem e expressam seu sofrimento mesmo estando pactuadas com o silêncio diante desse crime. Para isto, foi necessário entender inicialmente os tipos de violações existentes, compreendendo o abuso sexual infantil como principal violência que afeta o desenvolvimento infanto-juvenil. Dessa forma, o trabalho alcança a subdivisão do abuso sexual entre o abuso sexual intrafamiliar e o extrafamiliar.

Foi visto que a dinâmica do abuso sexual extrafamiliar ocorre quando o abusador não faz parte do convívio e não possuem vínculos familiares ou social com a vítima. Em contrapartida, no abuso intrafamiliar, a criança está em constante contato com o abusador, por fazer parte da sua família, seja por laços sanguíneos ou sociais. Este, o abuso com contato por laços sanguíneos, caracteriza o incesto.

O estudo foi delimitado ao abuso sexual infantil intrafamiliar. Explicou, dentro dos estudos encontrados, a influência dos vínculos afetivos sobre o silêncio que impede a criança de falar sobre o ocorrido.

A Síndrome do Segredo descreve o silêncio ou pacto entre a criança e o seu abusador, a fim de que o fato permaneça desconhecido. Muitos são os fatores que impedem as crianças de quebrar o segredo ou perder o medo de falar sobre a violência sofrida: há o poder que o abusador exerce sobre a criança, as ameaças, o processo de se tornar vítima novamente, punição, e em muitos casos, a alienação da vítima sobre o que é o abuso sexual. Este último item ocorre por conta da dificuldade que a criança tem em distinguir os carinhos e carícias, que são uma das maneiras que o abusador ganha a confiança da vítima antes de enganá-la.

Tendo em vista que a criança depende de um adulto para garantir seu desenvolvimento saudável, ela atribui ao adulto confiança, e se sente protegida por ele. Quando ocorre o abuso por parte do detentor dessa confiança, a vítima se sente traída, e acredita que não poderá confiar em outro adulto para falar sobre o fato. Essa

desconfiança causa medo de falar com um adulto, reforçando a escolha de se calar, com medo de ser punida ao invés de ouvida.

À parte do silêncio, que é uma fala estruturada da criança, o que se notou é que existe o desejo das crianças vítimas do abuso sexual de ter sua angústia percebida, entendida e acolhida. Esse desejo, muitas vezes, pode não ser verbalizado, mas pode vir a ser manifestado de outras formas não verbais, como ações, sentimentos ou por somatização.

Diante dessa perspectiva, foi obtida a resposta da hipótese inicialmente levantada, que a criança se manifesta tanto em seus atos conscientes como também inconscientemente, verificando a importância de olhar para e/ou ouvir uma criança. Isso deve ser feito de forma atenta, para que se possa ouvir o que, na ausência das palavras, o corpo e as atitudes das vítimas tenham a dizer.

Os sinais percebidos na fala não verbalizada da criança permitem a aproximação, iniciando a confiança necessária para que ela possa, aos poucos, ir revelando o assunto, ou seja, a estimulação adequada permitirá à criança se sentir confortável para revelar o segredo. Uma vez que uma revelação estimulada seja iniciada e haja suspeita, as denúncias devem ser feitas ao Conselho Tutelar.

Essa pesquisa literária permitiu à autora compreender, que muito embora o abuso sexual infantil seja tratado como um problema de saúde pública, nota-se que a Síndrome do Segredo é um assunto estudado, mas não conhecido por todos. Isso torna evidente a necessidade de esse assunto vir a ser disseminado pela sociedade, e que seja desnaturalizado o tabu que existe de falar sobre o abuso intrafamiliar dentro das famílias. Tais ações trarão maior conscientização e compreensão do silêncio e as formas que a criança encontra de denunciar, assim quebrando o tabu que reprime discussões sobre o assunto nas famílias, desnaturalizando e enfraquecendo a criação de pactos de silêncio.

Destarte, concluiu-se que a sociedade deve, junto aos órgãos legais e o poder público, acompanhar e observar atentos, como está se dando esse desenvolvimento, para que haja escuta e acolhimento dessa rede de apoio à criança.

## REFERÊNCIAS

- ANTONY, S.; ALMEIDA, E. M. Vítimas de violência sexual intrafamiliar: uma abordagem gestáltica. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 10, n. 2, p. 184-201, dez. 2018.
- AGOSTINHO, Kátia. As crianças participam de corpo inteiro. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 23, n. 2, p. 347-362, ago. 2018.
- AZEVEDO, Maria Amélia *et al.* **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.
- ALMEIDA, Ana Elisa de Souza. **Abuso sexual infantil intrafamiliar**. 2005. 46 f. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Centro de Ciências da Saúde, Curso de Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005.
- BAÍA, Pedro Augusto Dias *et al.* Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, p. 193-202, jan. 2013.
- BARBOSA, V. M. C.; ANTUNES, M. C.; PADILHA, M. G. S. A reinserção familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar em acolhimento institucional por medida de proteção: o abuso sexual em foco. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 36, n. 91, p. 286-309, jan. 2016.
- BATISTA, D. S. M.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Um estudo sobre conselheiros tutelares diante de práticas de violência sexual. **Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 4, n. 2, p. 116-125, mar. 2012.
- BENTO, I. S.; SANTOS, A. M. A. Conselheiros tutelares na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes: análise do trabalho do órgão na cidade de Guarabira–PB. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS DIFUSOS, 1., 2017., Campo Grande. **Anais** [...] Campo Grande: CONIDIF, 2017. p. 1-11.
- BIBLIOTECA PROFESSOR PAULO DE CARVALHO MATTOS. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: UNESP, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12500538-Tipos-de-revisao-de-literatura.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 371-379, jun. 2008.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 10 fev. 2020.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13

jul. 1990. Seção 1, p. 14. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 10 mar. 2020.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 209-229, abr. 2008.

CARNEIRO, S. L. M. A.; CABRAL, M. A. A. " O silêncio dos inocentes": abuso sexual intrafamiliar na infância. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-18, out. 2010.

CARDOZO, Antônio Carlos Bittencourt. **Conselho Tutelar como instrumento de participação da população e de efetivação da política social de atendimento da criança e do adolescente**. 2011. 97 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

EGRY, Emiko Yoshikawa *et al.* Enfrentar a violência infantil na Atenção Básica: como os profissionais percebem? **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 70, n. 1, p. 119-125, fev. 2017.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 139-144, ago. 2015.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 144-157, jan. 2007.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 467-473, nov. 2011.

HERSHKOWITZ, I.; LAMB, M. E.; HOROWITZ, D. Victimization of children with disabilities. **American journal of orthopsychiatry**, [s. l.], v. 77, n. 4, p. 629-635, abr. 2007.

JANZ, Rubia Caroline. A construção do conceito de infância: um diálogo com Ariès, Rousseau e Postman. **Mídia e Contexto**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 1-12, jul. 2015.

LORDELLO, Silvia Renata Magalhães. Desenvolvimento infantil: a revelação da criança pela linguagem. *In*: SANTOS, Benedito Rodrigues *et al.* (Orgs.). **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos**. Brasília: EdUCB, 2014. p. 43-55. Disponível em:  
<https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

LIMA, Jeanne de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos

americanos e brasileiros. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 819-832, jan. 2011.

MALGARIM, Bibiana Godoi; BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz. O abuso sexual: estudos de casos em cenas incestuosas. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 28, n. 4, p. 511-519, dez. 2011.

MATIAS, Delane Pessoa. Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 295-304, ago. 2006.

MEDEIROS, A. P. O abuso sexual infantil e a comunicação terapêutica: um estudo de caso. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 54-62, jan. 2013.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, A. S.; CASTRO, G. B.; HAYECK, C. M.; CURY, D. G. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 99-111, jan. 2010.

NUNES, Cristina. O processo da revelação: um caso de incesto. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, Lisboa, v. 30, n. 6, p. 386-396, jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Gênova: ONU, 1948.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Child maltreatment**. Genebra: OMS, 2014. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs150/en/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, E. G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

RONDON, Elizabeth da Silva Alcoforado. **O poder nos muros do silêncio: abuso sexual, segredo e família**. 2016. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências, História, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Doutorado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

RAMOS, Alzemar Braga. **Abuso sexual infantil**: consequências emocionais e comportamentais. 2015. 43 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, 2015.

RISMAN, A. *et al.* Abuso sexual intrafamiliar: um olhar multifacetado para o incesto. **Psicologia para América Latina**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 87-105, jan. 2014.

RODRIGUES, Maria Natividade Silva. **Violência intrafamiliar**: o abuso sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

SANTOS, Samara Silva; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 595-606, abr. 2008.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 328-335, ago. 2010.

SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, D. M.; SAVEGNAGO, S. D. O. Família e abuso sexual na perspectiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Aletheia**, Canoas, v. 34, n. 1, p. 109-122, abr. 2011.

SOUZA, Adriana Aparecida de. **Vivências da violência intrafamiliar**: o simbolismo dos desenhos infantis. 2013. 189 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SANI, Ana Isabel. Abuso sexual de crianças: características e dinâmicas. **Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 123-132, jan. 2005.

SANTI, Lucimeri. **Programa sentinela X CREAS**: um estudo comparativo. Florianópolis: UNIEDU, 2013. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Lucimeri-Santi-FUMDES.2013.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SILVA, A. A.; INADA, J. F. As implicações psicológicas e comportamentais do abuso sexual infantil. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 8., 2013, Maringá. **Anais** [...] Maringá: UNICESUMAR, 2013. p. 1-5.

VERONESE, J. R. P. Violência e exploração sexual infanto-juvenil: uma análise conceitual. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 117-133, jan. 2012.

WOISKI, Ruth Oliveira Santos; ROCHA, Daniele Laís Brandalize. Cuidado de enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 143-150, mar. 2010.

